



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

SERVIÇO SOCIAL E SINCRETISMO: A ATUALIDADE DO DEBATE¹

Mônica Freitas Ferri²

Resumo

O sincretismo é um traço constitutivo da profissão, contudo, a compreensão deste traço não pode estar dissociado das relações sociais estabelecidas na sociedade burguesa e das estratégias adotadas para conservação da ordem capitalista. Este artigo discute o sincretismo do Serviço Social apresentando sua manifestação na trajetória profissional e os desafios para a materialização do projeto ético-político profissional. Compreende o significado sócio histórico da profissão na sociedade capitalista consolidada e madura e as exigências decorrentes dessa profissionalização. Recoloca os desafios postos hoje para o Serviço Social no intento de romper com o conservadorismo tradicional e construir e efetivas alternativas que correspondam à direção expressa no projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; sincretismo; projeto profissional.

Social service and syncretism: the current debate

Abstract

Syncretism is a constitutive feature of the profession, however, the understanding of this trait can not be dissociated from the social relations established in bourgeois society and from the strategies adopted for the preservation of the capitalist order. This article discusses the syncretism of Social Service presenting its manifestation in the professional trajectory and the challenges for the materialization of the professional ethical-political project. It understands the socio-historical meaning of the profession in mature and consolidated capitalist society and the demands arising from this professionalization. It replaces the challenges posed today for Social Service in the attempt to break with traditional conservatism and construct and effective alternatives that correspond to the direction expressed in the ethical-political project of the profession.

Keywords: Social Service; syncretism; professional project.

Introdução

Discutir os fundamentos da profissão passa necessariamente pela temática do sincretismo. Contribui para fundamentalmente para essa discussão a publicação do livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”³ em 1992 de autoria do Prof. José Paulo

¹ Este artigo resulta das reflexões realizadas na disciplina “Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social”, no módulo “Questões de Serviço Social” ministrado pela Profª Drª Mavi Rodrigues e na disciplina “Construções teórico-metodológicas do Serviço Social” ministrada pela Profª Drª Ana Elisabete Mota, ambas cursadas em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: <monicafreit@gmail.com>. Declara-se concordância expressa com a divulgação do conteúdo deste trabalho.

³ Cabe ressaltar que esta obra refere-se a primeira parte da dissertação do autor que objetivou fornecer um quadro da profissão das origens até os anos 1960.

Netto. Neste o autor afirma que o sincretismo é um traço constitutivo da profissão. Na atualidade podemos identificar que a temática do sincretismo tem sido recolocada no âmbito acadêmico afirmando a reposição do sincretismo no Serviço Social e como este traz desafios para a profissão. A aproximação mais aprofundada com a temática foi possível a partir do curso de duas disciplinas no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, que recolocaram a atualidade do debate permitindo relacioná-lo ao meu tema de pesquisa, o estágio supervisionado em Serviço Social. Tal relação decorre das diversas demandas recebidas na ocasião da ocupação do cargo de coordenadora de estágio na Unidade de Formação Acadêmica em que trabalho para a realização de capacitações que tratassem da utilização dos instrumentais no âmbito da profissão, nos indicando a relação direta com um dos fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social (Netto, 2011) que é a modalidade específica de intervenção profissional, a manipulação de variáveis empíricas do cotidiano. Assim, como resultado das reflexões realizadas, este artigo discute o sincretismo no Serviço Social apresentando sua manifestação na trajetória profissional e os desafios colocados pela reposição do sincretismo na materialização do projeto ético-político profissional.

Este trabalho está dividido em três seções. A primeira discute o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho nos marcos do capitalismo monopolista e no processo de reprodução das relações sociais da sociedade burguesa capitalista consolidada e madura. A segunda aborda os fundamentos do sincretismo do Serviço Social e como este atravessa a profissão em sua trajetória histórica. A terceira explana o contexto da crise capitalista a partir da década de 1970, a reconfiguração do Estado e das políticas sociais diante da crise e os impactos para o Serviço Social avançar na perspectiva “intenção de ruptura”. Acredita-se que esse trabalho pode contribuir para a reflexão dos assistentes sociais acerca das possibilidades e limites profissionais do seu exercício e indicar a necessidade de construção de alternativas na direção da materialização de nosso projeto ético-político profissional.

1. O Serviço Social e seu significado sócio-histórico na sociedade capitalista

O Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho. Se situa no processo de reprodução das relações sociais e se gesta e desenvolve como profissão reconhecida na divisão do trabalho a partir

do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. Esse cenário traz a constituição de novas classes sociais (burguesia e proletariado) e alterações na composição dos grupos e frações de classe que compartilham o poder do Estado. Nesse contexto, emerge sob novas formas a “questão social”⁴ (IAMAMOTO, 2001). Esta é a base de justificação para o reconhecimento da profissão.

Segundo Netto (2011) a apreensão da gênese histórico social da profissão não pode se esgotar na referência à “questão social”, mas ao tratamento desta no contexto específico, qual seja, o trânsito à idade do monopólio.

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social e (técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem suas modalidades através das quais o Estado burguês e enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (NETTO, 2011, p. 74).

Neste contexto, o assistente social é investido com um dos agentes executores das políticas sociais e o lugar que passa a ocupar circunscreve-se no marco das ações executivas. A profissão é uma possibilidade posta pela lógica econômico-social da ordem monopólica, mas é dinamizada pelo projeto de classe predominante e decisivo no interior da burguesia que é conservador e contempla reformas dentro da ordem (NETTO, 2011). Assim, a tendência predominante no Serviço Social entre 1930 e 1960 é o “[...] o reforço dos mecanismos de poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (IAMAMOTO, 2001, p. 96, grifos da autora).

Contudo, Iamamoto (2001) aponta que essa direção predominante na profissão não é exclusiva. O assistente social na condição de trabalhador assalariado deve atender as exigências da instituição que o contrata, não tem o poder de direcionar suas ações livremente, estabelecer suas prioridades, acessar todos os recursos. Entretanto, possui uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável quanto aos rumos e formas de sua atividade. Assim, o profissional pode se limitar a responder as demandas do seu empregador ou lançar-se num esforço coletivo junto à

4 “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO, 2001, p. 77).

categoria, demais profissionais e setores populares, para viabilizar uma intervenção técnica com uma direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes.

Todavia, essa possibilidade só se coloca para o Serviço Social a partir da década de 1960 quando há uma ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido em sua prática⁵. Essa ruptura é impulsionada pela realidade histórica, onde numa conjuntura político-econômica desfavorável aos setores populares estes se organizam e já não podem mais ser ignorados. A profissão passa a ser analisada a partir das implicações políticas do seu papel vinculado a um projeto de classe (IAMAMOTO, 2001).

Segundo Netto (2008) a reflexão profissional quer cronológica ou teoricamente se desenvolveu em três direções constitutivas do processo de renovação. São elas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Esta última busca romper com os suportes teóricos, metodológicos, e ideológicos próprios do Serviço Social “tradicional” baseados na tradição positivista e no reformismo conservador, recorrendo a tradição marxista. Na expressão dos segmentos mais avançados da categoria profissional esta perspectiva conserva seus traços dominantes de oposição ao tradicionalismo profissional, amplia as referências teóricas e ideoculturais do Serviço Social, qualificando-a no debate acadêmico e político. Considerando a consolidação da vertente “intenção de ruptura” no plano teórico-crítico no Serviço Social, Netto (2011) toma por objeto, a luz da teoria social crítica, a emersão do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio e o desvendamento do seu sincretismo teórico e ideológico, das origens aos anos 1960. Em obra posterior, Netto (2008) e outros autores, como, Silva (2011) e Maranhão (2016) fornecem subsídios que evidenciam que o sincretismo atravessa a trajetória da profissão até a atualidade. É sobre tema do sincretismo especialmente que nos debruçaremos na próxima seção.

2. Sincretismo e Serviço Social

5 Esse processo é decorrente do Movimento de Reconceituação Latino-americano. “A reconceptualização é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades latino-americanas; nas nossas latitudes, “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na libertação nacional e de transformações de estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987: 51). (NETTO, 2008, p. 146).

Netto (2011) ao analisar a emergência do Serviço Social sustenta que o sincretismo é o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão. Para o autor as peculiaridades que decorrem da *natureza sócio-profissional* do Serviço Social, devido à carência de um referencial teórico crítico-dialético, fazem dele um exercício prático-profissional medularmente sincrético.

Para o autor a estrutura sincrética do Serviço Social está ancorada em três fundamentos: 1) O universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais – ou seja a “questão social”; 2) O horizonte do seu exercício profissional; 3) Sua modalidade específica de intervenção (a manipulação de variáveis empíricas).

As refrações da “questão social” são cada vez mais variadas, seu enfrentamento é cada vez mais seletivo e simultâneo através de ações interprofissionais. A multiplicidade de refrações da “questão social” que chegam ao âmbito da intervenção profissional põe problemas nos quais necessariamente se entrecruzam dimensões que não se deixam uniformizar escapando e desbordando dos modelos formal-abstratos de intervenção. A problemática que demanda a intervenção apresenta-se como um conjunto sincrético, a sua fenomenalidade e o sincretismo, deixando na sombra a categoria central da realidade que é a totalidade (NETTO, 2011).

O horizonte real que baliza a intervenção profissional é o do cotidiano. “[...] seu material institucional é a heterogeneidade ontológica do cotidiano (Netto, in Netto e Falcão, 1987:64 ss.) e seu encaminhamento técnico e ideológico [...] não favorece “suspensões” ou operações de homogeneização” (NETTO, 2011, p. 95-96). “É característica da vida cotidiana a sua imediatividade e o pensamento manipulador. No plano da cotidianidade o útil é verdadeiro, porque este é o critério de eficácia. O critério de validez no cotidiano é o da funcionalidade” (CARVALHO, 2011, p. 25) e a funcionalidade histórico-social do Serviço Social de acordo com Netto (2011) está definida como uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados devendo ressitua-los na mesma estrutura do cotidiano.

No centro da modalidade específica de intervenção situa-se a manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado (situacional-comportamentais, individuais, grupais, etc.), o “tratamento”. Toda operação profissional precisa resultar em

uma alteração de variáveis empíricas sob pena de ser considerada inconclusa. As causalidades e implicações dessa identificação para a profissão são inúmeras, como recuperação de funções típicas de suas protoformas, essencialmente o cariz emergencial, além de resgatar certas características de pronto socorro social, demarcando o assistente social como um profissional que é capaz de resolver quase todas as demandas. Essa manipulação exige um conhecimento do social que se mostre instrumentável. A intervenção manipuladora reclama paradigmas explicativos aptos a permitirem um direcionamento de processos sociais tomados segmentarmente, nesse sentido, há uma compatibilidade com a vertente teórico-cultural que funda as ciências sociais, inaugurada com a matriz positivista, este é o sistema de saber que referencia o Serviço Social às mais variadas influências empiricistas e pragmáticas (NETTO, 2011).

Netto (2011) ainda aborda em sua obra o sincretismo ideológico presente no serviço social desde as suas protoformas. Aponta a influência do caldo cultural europeu e norte-americano⁶ que apesar de constituírem distintos blocos ideológicos se vinculam numa mesma perspectiva teórico-cultural - a do pensamento conservador, com seu essencial positivismo e seus traços pragmáticos. Quanto ao sincretismo científico esclarece que a estrutura sincrética do serviço social encontra-se no sistema de saber que ancora as suas práticas e igualmente as suas representações. Para ele o sincretismo “científico” é uma operação que deve contemplar três segmentos argumentativos diferentes: as possibilidades do conhecimento teórico do ser social, a filiação teórica do serviço social e as suas próprias pretensões a construir um saber específico.

O conhecimento teórico do ser social, só é possível na sociedade burguesa, pois a mesma torna marcada a especificidade da sociedade em face da natureza, colocando-se a possibilidade objetiva da teoria social *stricto sensu*. A base dessa teoria social é a economia política clássica, que procura abarcar a totalidade da vida social, vinculando os problemas essenciais da sociedade com as modalidades da sua produção e reprodução sociais. Elaborada na Inglaterra da virada do século XVIII para o XIX essa teoria experimenta sua crise entre 1830 e 1848, quando um de seus suportes elementares é dissolvido socialmente, o caráter progressista da burguesia, seu papel histórico-social. A crise resolve-se em duas direções antagônicas e excludentes: 1) Com Marx e Engels, o

6 Para melhor caracterização das protoformas do Serviço Social europeu e norte-americano verificar Netto (2011).

resgate crítico dos componentes fundamentais da economia política clássica (teoria do valor-trabalho) se efetiva na fundação de uma nova teoria social, cujo suporte histórico-social é a perspectiva de classe do proletariado; 2) Surgem a economia vulgar (e depois a subjetiva) e a sociologia, estas disciplinas articulam a auto-representação da sociedade burguesa fundada numa perspectiva de ocultamento dos componentes da estrutura e da dinâmica sociais que revelam a natureza transitória (historicamente determinada) dessa sociedade (NETTO, 2011).

A filiação teórica do Serviço Social vem na esteira da consolidação das ciências sociais que ocorre entre a Primeira Guerra Mundial e sua crise. O exercício profissional do assistente social é parametrado pela noção de uma ciência social sintética aplicada. O caráter aplicado provinha da convicção de que era essencial à profissão intervir sobre variáveis prático-empíricas. A viragem dos anos trinta marca uma profunda inflexão na trajetória do Serviço Social norte-americano, nele rebate com todo vigor a especialização que se aprofunda nas ciências sociais que logo revelará suas potencialidades instrumentais. Os elementos constitutivos deste processo nas ciências sociais ganharão no Serviço Social uma ponderação diversa e maior. O Serviço Social será um receptor desse desdobramento, não estará vinculado à produção de saberes nas ciências sociais, receberá seus produtos dos quais se beneficiará enquanto chancelados pelo estatuto “científico”(NETTO, 2011).

Dadas as necessidades profissionais e interventivas, o Serviço Social, solda esses contributos externos num quadro de referência minimamente articulado e estável (uma espécie de sistema de saber de segundo grau, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das ciências sociais conforme as necessidades da própria profissão). A construção desse sistema de saber, compulsoriamente unificador, não podia revelar-se uma síntese – era necessariamente um agregado, tanto dos materiais que combinava quanto em razão das exigências profissionais (do serviço social) que o comandavam. Ergue-se pois, um sistema de saber que é eminentemente sincrético – e, na elaboração do saber, o sincretismo é a face do ecletismo; ou se se quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu sistema de saber (de segundo grau) (NETTO, 2011).

A partir do movimento de reconceituação na América Latina foram dadas sugestões de que seria possível uma teoria do Serviço Social indene das mazelas apontadas, desde que fundada em outros referenciais teórico-metodológicos e reenviando-se a matrizes ideológicas distintas do travejamento conservador. Contudo,

Netto destaca que o estatuto fundamental do Serviço Social é: “[...] o de uma atividade que responde, no quadro da divisão social (e técnica) do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, a demandas sociais prático-empíricas” (2011, p. 149), assim não pode se instaurar como núcleo produtor teórico específico, permanecerá profissão. Considerando a estrutura sincrética do Serviço Social como exercício prático-profissional, a profissão pode reverter a filiação às ciências sociais e ultrapassar o sincretismo teórico, mas isso não eliminará o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional.

Em seus estudos sobre o processo de renovação Netto (2008) analisa a literatura profissional no período de 1965 a 1985 e explicita as três direções constitutivas desse processo: 1) a *perspectiva modernizadora*, que de acordo com o autor foi a mais apropriada pelos profissionais, precisamente a partir do pós-64. Caracteriza-se pelos esforços em adequar o Serviço Social às estratégias de desenvolvimento capitalista, sobretudo, procurando dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder as demandas da ordem sociopolítica derivada do Golpe militar de abril. Mantém continuidade com o acúmulo profissional realizado na transição dos anos 1950, mas avança nos aportes ao estrutural-funcionalismo norte-americano. Conjuga valores e concepções “tradicionais” com vieses modernos tornando claro o ecletismo que atravessa a profissão; 2) a *reatualização do conservadorismo* que caracteriza-se pela sua impermeabilidade a mudanças, recupera os componentes mais conservadores da profissão repudiando os padrões nitidamente vinculados à tradição positivista e ao pensamento crítico-dialético. Com um aparente distanciamento da ditadura e com destacado relevo às dimensões da subjetividade, atende a requisições fortemente psicologistas que surgem nos estratos profissionais travejado por um eticismo abstrato. Seu conservantismo é marcado pela vinculação de sua perspectiva ideocultural com o catolicismo, bem como pelo seu embasamento “científico”. O recurso à fenomenologia aparece nesta perspectiva como insumo para prática e reelaboração teórica da profissão; 3) a *intenção de ruptura*, que busca romper com os suportes teóricos, metodológicos, e ideológicos próprios do Serviço Social “tradicional” baseados na tradição positivista e no reformismo conservador. Toma forma pela elaboração de quadros docentes e profissionais formados próximo ao golpe e antes do AI-5. Recorre a tradição marxista encontrando dificuldades de afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa (NETTO, 2008).

A análise revela que há uma sobreposição de referenciais teóricos, concepções ideológicas e indicativos prático-profissionais, uma mesclagem entre as três linhas de desenvolvimento apresentadas. Isso ocorre devido a natureza histórica do lastro tradicional do Serviço Social em sua elaboração teórica e a histórica carência de tradição intelectual na profissão. Em todas as direções e perspectivas do processo de renovação do Serviço Social encontram-se as marcas do sincretismo, com seu particular ecletismo, que persegue historicamente as (auto) representações do Serviço Social, especificamente quando a profissão busca fundar-se como campo específico do saber ou atribuir sua legitimidade à sua base científica. Apesar disso, o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, configurou a emergência de um quadro profissional sintonizado com as realidades sociopolíticas e ideoculturais que ultrapassou as pressões do ciclo autocrático burguês, expressando a complexidade e diferenciação da sociedade brasileira (NETTO, 2008).

A partir do segundo terço da década de 1980 há a consolidação acadêmica do projeto de ruptura que “[...] penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas da categoria dos assistentes sociais” (NETTO, 2008, p. 267). Para Silva (2011) o Projeto Profissional de Ruptura⁷ caracteriza-se por um esforço de superação da tradição conservadora que marcou as construções teórico-metodológicas do Serviço Social até a década de 1970. Segundo ela a qualificação deste Projeto como ruptura ocorre devido ao deslocamento da base positivista-funcionalista e a aproximação com a tradição marxista; além de desmistificar a pretensa neutralidade da ação profissional, e clarificar a possibilidade do estabelecimento de vínculo orgânico dos profissionais com os interesses e necessidades das classes populares.

Compreendendo o estudo da literatura profissional de 1980 a 1995, Silva (2011) revela que no início houve uma aproximação problemática com o marxismo (apropriação a partir de intérpretes de Marx), mas no final da década de 1980 e nos anos 1990 ocorre a aproximação direta com Marx e marxistas contemporâneos, sobretudo na academia, especialmente na pós-graduação. No que se refere a graduação e ao conjunto da categoria

7 A autora esclarece que talvez o termo ruptura não seja o mais adequado, mas opta por utilizá-lo, pois expressa a qualificação básica do Projeto Profissional objeto do estudo.

profissional essa aproximação foi marcada por debilidades e tensões, sendo de domínio restrito a base teórico-conceitual que fundamenta o Projeto de Ruptura, dificultando sua implementação.

Essas análises mostram que o sincretismo atravessa a profissão em todo período abordado, tanto nas produções de Netto (2008; 2011) e Silva (2011) tendo como expressão o ecletismo. Antes de continuar o tratamento da temática nos anos subsequentes cabe situar as transformações ocorridas no contexto do desenvolvimento do capitalismo a partir da década de 1970, para entender como este contexto afeta o Serviço Social.

3. Serviço Social, sincretismo e desafios ao projeto profissional no contexto atual

A partir da década de 1970 o modo de produção capitalista entrou numa crise clássica de superprodução, que redesenhou o capitalismo contemporâneo. Esse processo que Harvey (2010) denominou de passagem do fordismo à *acumulação flexível*, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. De acordo com Netto (1996) a flexibilização envolve a financeirização, a desterritorialização da produção – ampla desregulamentação da economia mundial, sendo essa fase marcada pela revolução tecnológica que traz consigo extraordinária economia de trabalho vivo.

Somado a esse contexto tem-se o redimensionamento do Estado no que se refere a cobertura dos direitos sociais, especialmente nos países em que vigorou o *Welfare State*. Visando reduzir os custos do capital na reprodução da força de trabalho, há um corte nos direitos sociais passando a vigorar o “Estado mínimo” no que se refere as coberturas sociais públicas (NETTO, 2013).

No Brasil a partir da crise do “milagre econômico” na década de 1970, o governo militar começa a perder sua legitimidade e há uma reativação dos movimentos sociais, de base operária e popular, constituindo uma vasta teia de organizações que passaram a dinamizar processos de mobilização para conquista, defesa e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais que se referiam a trabalho, moradia, saúde, educação, entre outros (DURIGUETTO, 2007). A interação do associativismo de base com o movimento sindical e partidos políticos que acontece essencialmente na década de 1980, trouxe grandes avanços e ganhos políticos que se expressam na Constituição Federal de 1988.

Entretanto, o grande capital e seus representantes políticos conseguiram bloquear no plano do Estado a sua reforma democrática e por em curso, através do governo de Fernando Collor de Melo, a contra-reforma, um movimento de reestruturação já iniciado nos países centrais há mais de uma década (NETTO, 2004).

Nesse contexto, tem-se a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias. A privatização, focalização e descentralização são o trinômio que se constitui no repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais que configuram o setor público não-estatal (BEHRING, 2008).

Esse conjunto de transformações tem impactos diretos para a profissão tanto no âmbito acadêmico quanto no mercado de trabalho. A década de 1980 assinalou a maioria do serviço social no domínio da elaboração teórica e desenvolveu-se no interior da categoria um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos, predominantemente a produção influenciada pela tradição marxista que culminou na valorização da elaboração teórica e na interlocução dos profissionais com outras áreas de conhecimento. Na entrada dos anos 1990 começa-se a registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. A crítica não se apresenta como antimarxista, mas quanto à ortodoxia (dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social, focando na necessidade de ampliar a perspectiva teórica incorporando alguns autores como Habermas e Foucault; e quanto às lacunas existentes nos trabalhos do Serviço Social, afirmando que a tradição marxista não dava conta de tratar os problemas de gênero, cultura, minorias, e etc (NETTO, 1996).

Segundo Netto (1996) a consolidação de uma determinada direção social estratégica não equivale à supressão das diferenças no conjunto da categoria e/ou à equalização dos vetores que compõe a cultura profissional. Para o autor a direção social estratégica do projeto profissional⁸ construída ao longo da década de 1980 e na entrada dos anos 1990 colide com a hegemonia política pretendida pelo grande capital e a forma mais sutil de confrontar a direção social estratégica é vulnerabilizar as matrizes da tradição marxista e suas influências.

8 Essa direção está expressa nos valores e princípios formulados no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão ambos de 1993 e nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996.

Com a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, alteram-se as configurações das políticas sociais afetando sobremaneira o Serviço Social, já que o Estado, nos diversos níveis da federação, é o maior empregador dos assistentes sociais, e a atuação na órbita das políticas públicas um espaço profissional privilegiado (IAMAMOTO, 2017). Desse modo, um dos elementos que incide sobre o trabalho profissional é a burocracia. As fortes marcas do saber burocrático, do poder do Estado, impregnam os profissionais que atuam nas repartições públicas, dentre eles os assistentes sociais, que ao invés de estimular a criação de mecanismos que desburocratizem as relações com os sujeitos que reivindicam acesso a direitos e serviços, reiteram procedimentos rotineiros e burocráticos (IAMAMOTO, 2008).

Na atualidade o conservadorismo se irradia nas instituições sob formas de controle e o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, não favorecendo a atitude crítica e política. As principais atividades demandadas ao assistente social em instituições voltadas para a coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos e instituições jurídicas, são o controle e a censura onde discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade. Se o assistente social não estiver capacitado pode reproduzir este discurso reeditando o conservadorismo profissional, e atendendo às novas requisições do estado policial, e exercendo a coerção (BARROCO, 2011).

Segundo Netto (2016) o movimento do Serviço Social latino-americano no período de 1996 a 2015 foi hegemonizado por referenciais teórico-metodológicos que resultaram na constituição de uma *cultura profissional neconservadora*, acompanhada por uma forte erosão do pensamento crítico (e das experiências profissionais a ele ligadas) que o Serviço Social desenvolveu no Movimento de Reconceituação entre 1970 e 1990. O autor afirma que há uma crise do projeto ético-político situada tanto na prática quanto na sua concepção. Na prática a intervenção passa a ser orientada por disponibilidade financeira, de acordo com as possibilidades postas pelas políticas públicas, não pelo atendimento das necessidades reais dos usuários. No domínio das orientações teórico-metodológicas instaura-se um notável ecletismo, as fragilidades da formação teórica são ocultadas em proveito do tecnicismo operativo, com seu pragmatismo assentado no mais rasteiro empirismo. Para ele não há tendência hegemônica no Serviço Social brasileiro, o que pode haver é uma referência formal ao projeto ético-político, devido ao empenho das entidades da categoria, mas “[...] na realidade das práticas profissionais e da formação o

que se constata é a coexistência de um conjunto heterogêneo e inarticulado de propostas e projetos que compartilham em maior ou menor medida, dos principais traços do conservadorismo [...]” (NETTO, 2016, p. 70).

Boschetti (2015) por sua vez concorda que o conservadorismo sempre permeou a formação e o trabalho profissional e que vem se reatualizando e se fortalecendo em virtude das determinações societárias. Contudo, ressalta que não se pode associar mecanicamente a contra ofensiva conservadora aos avanços e direitos conquistados nas últimas décadas, à existência de um “fosso” entre uma suposta formação teórica progressista e uma prática profissional conservadora. Para ela tais análises se assentam em uma suposta, e quase irreversível, dualidade dicotômica entre teoria e prática, entre vanguarda e base, entre formação e intervenção profissional que, no limite, fortalecem e instrumentalizam o funcionalismo capitalista, sendo no mínimo equivocadas ou limitadas. A autora afirma que o conservadorismo sempre permeou a formação e o trabalho profissional não sendo um traço novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. Citando Netto Boschetti afirma que o Projeto Ético-Político se constituiu como expressão de luta contra o conservadorismo, vivendo sempre a dialética do pensamento conservador e a intenção de ruptura.

Segundo Maranhão (2016) existem desafios para a intenção do Serviço Social de superar em termos acadêmicos e profissionais as práticas baseadas no pragmatismo empírico, no subjetivismo idealista ou no irracionalismo eclético que ainda estão presentes nos espaços profissionais. Analisando o percurso histórico-político do Serviço Social o autor afirma que a tentativa mais radical de superar as implicações práticas e ideológicas do sincretismo profissional foi a aproximação com a tradição marxista. Contudo, ressalta que o aprofundamento dos estudos sobre a tradição marxista ocorre sobretudo nos espaços acadêmicos, enquanto os espaços profissionais tem desenvolvido pouco e fragilmente estratégias de atuação que visam a sistematização crítica de sua prática profissional. Isso dificulta a suspensão mesmo que temporária dos elementos sincréticos da profissão e cria largos caminhos para a reposição contínua do conservadorismo e do imediatismo presentes em setores profissionais.

O avanço do intento de ruptura com práticas conservadoras e tradicionais depende além da apreensão do método dialético, do aprofundamento da dimensão investigativa da profissão na academia e institutos de pesquisa, articulando o desenvolvimento teórico-

metodológico com os processos de sistematização da prática. Somente através do fortalecimento contínuo e da articulação entre academia e espaços profissionais é que os problemas cotidianos podem ser objeto de investigação e pesquisa que ao suspenderem e analisarem o cotidiano caótico e reificado do espaço profissional, podem abrir caminho para a construção de alternativas críticas à intervenção profissional e com isso criar condições de ruptura com a reposição intelectual do sincretismo gerando proposições profissionais que vão além da mera reprodução burocrática das ações institucionais (MARANHÃO, 2016).

3. Considerações finais

A reposição do sincretismo é um elemento do exercício profissional dadas as condições de intervenção do Serviço Social na ordem burguesa. Percebeu-se que o sincretismo não é algo endógeno a profissão, mas possibilitado a partir de um conjunto de estratégias utilizadas pela burguesia para conservação da ordem vigente. No contexto do capitalismo monopolista com radicalização da questão social o Estado se vê obrigado em suas funções a enfrentar a questão social, mas sem erradicá-la conformando os conflitos dentro da ordem vigente. Esse enfrentamento se dará pela execução de políticas sociais operacionalizadas por tecnólogos sociais, dentre eles o assistente social. A este cabe especificamente produzir alteração de variáveis empíricas do cotidiano sob pena de não ter legitimada sua intervenção. No contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista e acirramento de suas contradições a partir das crises periódicas, a sociedade burguesa reelabora suas estratégias de dominação e conservação da ordem e como atividade inserida na divisão social e técnica do trabalho o assistente social precisa dar respostas práticas e imediatas às demandas postas. Contudo, por atuar na reprodução das relações sociais confronta-se com projetos de classe distintos podendo direcionar suas ações a partir de um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com o rompimento da ordem vigente. Essa direção é hegemônica no Serviço Social brasileiro, pelo menos do ponto de vista formal, o que não significa homogeneidade na cultura profissional. Garantir a direção construída pela categoria essencialmente a partir da década 1970 é um grande desafio a ser enfrentado, já que esta choca-se com o projeto de classe burguês dominante que reedita na atualidade suas estratégias para conservação da ordem. Assim, entende-se que algumas estratégias da

categoria precisam ser fortalecidas, como a formação continuada, a ampliação da relação entre academia e espaços sócio-ocupacionais subsidiando a elaboração e execução de projetos de pesquisa e intervenção, a articulação com a luta geral dos trabalhadores contra a retirada de direitos. Contudo, essas lutas não podem perder de vista o horizonte de nosso projeto ético-político que é a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

4. Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CARVALHO, M. do C. B. de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: ____; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 13-63.

DURIGUETTO, Maria L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

_____. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: ____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo, Cortez, 2016, p. 165-205.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I. CÉSAR, M. A. CARVALHO, D. B. B. de. (Orgs.). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004, p. 61-83.

_____. Tendências do Serviço Social na América Latina e no Brasil. In: MARTINS, A. (Orgs.). **Serviço Social e Portugal – Brasil: formação e exercício em tempos de crise**. Campinas: Papel Social, 2016.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**. v. 50, n. 1, 2013.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, 1996, p. 87-132.

SILVA, M. O. da S. (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.